

O Estado para a Ciência ou a Ciência para o Estado: política científica, desenvolvimento econômico e ensino superior nas décadas de 1960 e 1970.

ELIAS DA SILVA MAIA *

Introdução

O texto pretenda dar um panorama sobre aspectos ligados a ciência e a tecnologia no regime militar brasileiro, precisamente em alguns marcos nas décadas de 1960 e 1970. As questões aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa mais ampla, que tem como foco principal o papel da COPPE como centro de excelência na formação de pesquisadores em nível de pós-graduação e na pesquisa científico-tecnológica no contexto da Ditadura Militar. A tese Abordará a COPPE historicamente, inserindo-a no âmbito das conjunturas distintas da ciência e tecnologia do nosso país. Para tanto, essa abordagem vem precedida de uma reflexão relativa a alguns níveis de investigação. Trabalhamos com uma perspectiva de três níveis de investigação que ainda podem ser desmembrados dando origem a outros.

O primeiro nível se refere a ciência e a tecnologia dentro do projeto nacional da Ditadura Militar brasileira, tentando entender o perfil deste Estado em relação aos assuntos ligados ao setor. O segundo está ligado aos mecanismos utilizados por ele, e que geraram iniciativas para o apoio as atividades ligadas a C&T. Este nível envolve a forma de financiamento em alguns setores, levando em consideração o desenvolvimento econômico e industrial. No terceiro direcionaremos nosso olhar para o reflexo das políticas e práticas de ciência e tecnologia para o ensino superior e a pós-graduação, já pensando em uma delimitação mais precisa que nos leve ao nosso objeto principal.

A pesquisa vem analisando o projeto do regime sob o ponto de vista das características do Estado, que podem ser observadas pela forma como ele estava organizado e como era sua perspectiva na construção e utilização da ciência e da tecnologia. Essa discussão passa pelo papel do ensino e da pesquisa e conseqüentemente da

* PPG-HCTE/UFRJ, aluno de doutorado, bolsista Capes

formação profissional, levando em consideração a prática científica das áreas mais valorizadas e com maior investimento. Isso envolverá tanto as aplicações militares do conhecimento que estava sendo elaborado, quanto questões econômicas do período.

Não resta dúvida que o projeto idealizado pelos militares deveria levar em conta o aperfeiçoamento humano e a modernização nas áreas da ciência e da tecnologia, já que esses elementos seriam fundamentais para o desenvolvimento nacional. Alguns campos do conhecimento desempenharam papel de destaque e se constituíram como conhecimentos estratégicos para o controle dos recursos naturais e para o próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil. Além disso, havia a preocupação com o aumento do nível de profissionalização, que surgiria com a melhoria da estrutura e aparelhamento da pós-graduação. Portanto, entender como isso ocorreu na UFRJ e na COPPE será fundamental para exemplificar esse processo, mas nosso objetivo nesse texto é focarmos nos níveis introduzidos acima.

O Estado na busca da modernização

Embora o foco seja o Estado brasileiro no período da Ditadura Militar é possível reconhecer que desde os anos 50 os governos da América Latina atuaram mais sistematicamente no setor de C&T, capacitando, qualificando, e criando órgãos para a promoção e coordenação de pesquisas. No Brasil ações pouco sistematizadas datam das primeiras décadas do século XX, mas o regime implementado em 1964 inaugura um novo sistema que vinha através de um Estado mediador, que funcionou como propulsor, incentivador, indutor e planejador do desenvolvimento econômico, argumentando que assim haveria melhoria de vida para a maior parcela da população.

Uma política de Estado para a C&T se constitui propriamente dito no século XX quando a ligação entre política e ciência passa a ser vista como um projeto de promoção integrado em um modelo de Estado que se deseja construir. Nos anos vinte vemos iniciativas para aumentar o número de instituições de ensino superior e de pesquisa no país, esse fato claramente intensificou-se nos anos que seguiram após a Segunda Guerra

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Mundial, reforçado pela ótica nacionalista e intervencionista, que trazia presente em seu discurso o argumento da necessidade de infraestrutura para melhorar o capitalismo industrial.

Nesse período ficou mais evidente o controle e a promoção da ciência por meio de políticas públicas, que no fundo fizeram parte da política global do Estado. Visto como uma nova fase da institucionalização da ciência pelas mudanças no modo de produção, o Estado passa a interferir diretamente na economia e na sociedade, como planejador e investidor. Essas medidas pretendem garantir a infraestrutura, o aprimoramento da produção e a qualificação por meio de formação de especialistas, técnicos, e cientistas, fazendo deles a base técnica e institucional.

Nos anos 50 notamos no processo de institucionalização da ciência que sua posição fica cada vez mais sujeita a influência de ações fora do seu próprio campo. O Estado passa a intervir como empresário e investidor nas áreas ligadas a indústria de base e segurança nacional, mas, ainda muito voltado para a qualificação e aperfeiçoamento, sem aumento das pesquisas científicas aplicadas a essas áreas. Em meados da década de 1960 vemos iniciativas mais evidentes da elaboração de políticas de C&T, isso reflete a ampliação do aparato institucional, que ganhou uma nova estrutura. Agora buscava planificar, coordenar e promover as atividades de C&T dentro de um elevado nível burocrático.

A partir de 1964 junto com a mudança política e econômica (fim do pacto populista e intensificação do capital internacional), vemos sob o lema da “Segurança e Desenvolvimento” a construção de um Estado forte buscando exercer um poder centralizador. Os militares no período pós-64 se opuseram ao pacto populista iniciando uma nova ideologia nacional desenvolvimentista, menos emocional e mais racional. Na década de 1970 percebemos o deslocamento da ciência acadêmica para uma direcionada ao desenvolvimento tecnológico, visando melhorar a infraestrutura industrial. Isso acarretou a valorização do corpo tecnocrático junto ao aparato e as pretensões do Estado.

O regime militar interviu e impôs regras no âmbito da ciência e do seu uso, que nesse período passam a ser mais controlada, mantida e orientada pelo Estado. O respaldo vem pelo crescimento econômico e pela credibilidade do governo através de sua

legitimação. A ciência ao sustentar a base econômica de sociedade e cumprir papel de destaque no capitalismo, justifica a novo caráter do poder estatal. Ciência e tecnologia assumem funções na legitimação das estruturas de poder O Estado passa a influenciar as instituições privadas, mantendo, orientando e controlando com o intuito de aumentar o crescimento econômico e a estabilidade política, segundo Freitag o Estado legitima suas funções. (FREITAG, 1979: XXI)

O Estado no período buscou criar um sistema para a educação, que aumentasse o nível intelectual dos cientistas e dos técnicos dentro do processo de reprodução da força de trabalho. O que notamos é uma maior organização e controle do processo científico, pois com sua função ampliada, o Estado além de manter o sistema educacional e a pesquisa de base aproxima seu contado com as indústrias privadas e estatais, assegurando competitividade e criando centros de pesquisas e estruturas para seu desenvolvimento, nesses pontos as agências de fomento e os planos cumpriram papel determinante.

Dentro de um regime autoritário era necessário o controle ideológico. Então a ciência era pensada como um instrumento para conferir um perfil modernizador, com planos econômicos para a nação, onde a ciência era vista como instrumento de desenvolvimento econômico, como solução para a criação de um aparato mais eficiente para o treinamento de pessoal. Para Erber a ação do Estado autoritário em relação a C&T tinha o papel político de legitimar o regime dando ênfase as realizações científicas e tecnológicas, que vão de encontro a tentativa de tecnificar as questões políticas e projetar a imagem de uma nação moderna, reconhecida como país emergente para dentro e fora do Brasil. (ERBER, 1980: 14)

O planejamento da atividade científica é encarado como exigência do desenvolvimento e menos como opção política ou ideológica. Reconhece-se a complexidade das questões ligadas as atividades tanto nas indústrias, ministérios e universidades, quanto seu uso nas áreas da saúde, agricultura, e segurança nacional. Portanto o desenvolvimento de C&T cada vez mais para a ser da competência do governo que busca desde a colaboração externa a formação e ampliação do pessoal.

O que o Estado proporcionou foi um ambiente favorável e realização de investimentos, articulando consensos sociopolíticos e buscando a concentração de tecnológicas e sua distribuição ao setor produtivo. Suas medidas eram pautadas em um duplo argumento: de um lado vantagens de uma economia forte e estruturada; e de outro respaldo político, já que concentrou e planejou as políticas para o desenvolvimento da economia e da ciência. Como exemplo, temos o Plano quinquenal do CNPq (68-72), que segue uma linha de raciocínio no qual o poder criador da ciência gera benefícios para a economia e a sociedade, atribuindo ao governante dedicação na promoção do desenvolvimento científico. (SILVA, VALLA, 1981: 61-62)

Algumas iniciativas que visavam o desenvolvimento

Nosso ponto de partida será o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) planejado para o período de 1968 a 1970. Essa iniciativa tinha como objetivo a aceleração do desenvolvimento econômico com a contenção da inflação, naturalmente viriam o aumento da demanda por serviços, do progresso social, da expansão das oportunidades de emprego e de mão de obra. No aspecto econômico, o PED teve respaldo pelas altas taxas de crescimento do produto interno bruto que foram alcançadas no período, porém o campo social não teve o mesmo destino.

Duas características chamam a atenção no PED, são elas: o estímulo a pesquisa e a busca da melhoria de mão de obra. Dentro da política modernizante proposta pelo governo, tudo que envolve a organização do sistema científico e a formação de recursos humanos qualificados, são considerados elementos estratégicos. Esse processo se acentua no início da década de 70 com a intensificação e fortalecimento das atuações do Estado. “As medidas de modernização e centralização do aparato administrativo do Estado, de um lado, e o caráter internacionalizado da expansão industrial, com base na importação de tecnologia sofisticada, de outro, expandem os serviços e colocam demanda específicas a qualificação da força de trabalho.” (MOREL, 1979: 56)

A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) foi criada em 1967 para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965. Pouco depois, a FINEP substituiu e ampliou o papel exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e seu Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), que tinham a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Em 1969, o Governo instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), destinado a financiar a expansão do sistema de C&T, tendo a FINEP como sua Secretaria Executiva a partir de 1971.

Na década de 1970 a FINEP através de seu FNDCT, teve grande destaque na promoção da comunidade científica, financiou a implantação de novos grupos de pesquisa e a criação de programas de pós-graduação, além de criar uma infraestrutura de C&T. Estimulou também a articulação entre universidades, centros de pesquisa, empresas de consultoria e contratantes de serviços, produtos e processos. O FNDCT foi o principal mecanismo financeiro no amparo a pesquisa. Sua estrutura envolvia ministérios, o BNDE, o CNPq e outras entidades científicas. A formalidade na organização vem em 1972 quando o fundo buscou integrar todas as entidades que usavam recursos governamentais em suas pesquisas de C&T.

A elaboração do PED aliado aos investimentos do FNDCT marca o início de uma política realmente especializada no planejamento da C&T, visando aplicação dos recursos no nível setorial para a efetivação de uma política industrial. Para Jaguaribe a ênfase na esfera tecnológica na década de 70 se dá entre outras coisas pela crescente demanda de tecnologia, pelo poder de arrecadação e pela distribuição dos recursos por parte do Estado. A relação Estado/setor produtivo e a existência dentro do setor estatal de tendências favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa e tecnologias nacionais fizeram desse período o tempo áureo para a C&T. (JAGUARIBE, 1987: 12)

O Governo Médici com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND 1972-1974) dá continuidade ao pensamento presente no PED quando continua reconhecendo a necessidade de um desenvolvimento tecnológico próprio, mas não reflete na prática

quando não reconhece a necessidade de adequação das tecnologias externas nos setores produtivos do país, além de valorizar alguns setores de ponta com áreas prioritárias (energia nuclear, aeroespacial e oceanografia), que na verdade beneficiava as empresas estrangeiras que detinham tecnologia de seus países de origem e pertenciam aos setores mais dinâmicos da economia.

O I PND busca o alinhamento em diversos âmbitos, como a eficiência e articulação dos setores públicos e privados, da União e Estados, e das regiões desenvolvidas e em desenvolvimento. O plano previa ampla disseminação do progresso econômico em todas as classes e regiões, argumentado que sob um regime democrático isso não se realizaria. As áreas privilegiadas eram consideradas fundamentais para o desenvolvimento, reconhecendo a necessidade de investimentos pesados para que se desenvolvessem.

Elaborado pelo Ministério do Planejamento e pelo CNPq, o I Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT-1973/1974) serviu como instrumento no planejamento do governo nas áreas de C&T, valorizava um pouco mais a tecnologia entrosada aos sistemas setoriais e regionais ao setor privado. É considerado a primeira tentativa explícita e sistematizada de adotar uma política de C&T para o país, um de seus objetivos era “propor uma inflexão expressiva nas práticas e procedimentos vigentes entre cientistas e pesquisadores, ao enfatizar a pesquisa a tecnológica e atribuir prioridades às iniciativas mais diretamente associadas às necessidades do processo brasileiro de desenvolvimento” (ERBER, ARAÚJO, GUIMARÃES, 1985: 61).

O FNDCT e o I PBDCT visavam a implementação de projetos integrados: ensino, pesquisa e indústria. O planejamento é parte integrante do processo de modernização com base nos critérios de eficiência e racionalidade, sendo o Estado seu planejador dentro da ótica tecnocrática. Na ótica tecnocrática, tudo é planejado e exequível, e pode ser enquadrado dentro de critérios de adequação técnica entre os recursos e os fins econômicos. Os planos criaram órgãos setoriais nos ministérios e ampliaram recursos investidos em C&T, o que devemos destacar é que sempre obedeciam as diretrizes aprovadas pelo presidente e por indicação do secretário de planejamento.

No governo Geisel houve esforços mais sistemáticos visando o planejamento do setor industrial e do setor tecnológico, além disso, as atitudes mais violentas e os grupos mais repressivos que atuavam diretamente nas decisões vão diminuindo para dar lugar ao projeto de crescimento nacional. É nesse sentido que o II PND para os anos de 1975-1979 e o II PBDCT elaboram suas intenções. Essas intenções estavam voltadas para a dedicação a pesquisa, desenvolvimento de C&T autônomo e ajuste na política econômica que deveria buscar mais controle do setor produtivo. A política de C&T no período está ligada ao crescimento econômico que por sua vez tinha forte relação entre a política econômica e industrial.

O II PND buscou a substituição das importações com uma política industrial que queria a redução da dependência externa acompanhada de relativa autonomia. O plano veio como enfrentamento dos problemas gerados pela situação internacional, cabendo-lhe propor e ajustar a estrutura econômica a um programa de sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva. Dentro desse contexto foi dada importância para a Política de Energia que tentou reduzir a dependência em relação a fontes externas e desenvolvimento de novas fontes de energia.

Na segunda metade da década de 70, notamos que pela primeira vez o Brasil empenha esforços no sentido de colocar a C&T a serviço do desenvolvimento econômico, com o BNDE investindo recursos nunca antes iguais nas universidades e em programas de pós-graduação. Os recursos destinados ao FNDCT para financiamento das atividades ligadas a C&T aumentaram de forma notável, “partindo de valores da ordem de US\$ 30 milhões no início dos anos 70, os repasses do Tesouro ao FNDCT atingem valores máximos em 1975 e 1977 (US\$ 243 milhões e US\$ 217 milhões respectivamente), para então se situarem num patamar de US\$ 143 milhões no triênio 1978-1980” (GUIMARÃES, 1995: 65-66)

O II PBDCT se propõe a sanar as necessidades de natureza científica e tecnológica previstas no projeto de desenvolvimento do país. Destaco que a questão fundamental está em garantir a expansão econômica das empresas privadas nacionais, melhorando suas condições de competitividade diante das empresas multinacionais e das empresas estatais.

O plano previa esforços para a transferência de tecnologia para suprir a necessidade do uso de novas tecnologias que serviriam para aumentar o poder de competição em grande parte dos setores econômicos, reconhecendo que estes são desafios para a engenharia e a capacidade científica e tecnológica do país.

A economia brasileira estava em estágio avançado no processo de industrialização, com participação de empresas públicas e de economia mista. Os setores mais dinâmicos das empresas privadas por sua vez sofriam com condições desfavoráveis de competitividade, não sendo dotadas de capacidade financeira e gerencial para suportar investimentos em pesquisa. A forte presença de empresas estatais forçava formas diretas de ação governamental na geração e difusão de tecnologia, estas empresas além de mais estruturadas ainda tinham a vantagem de funcionar com capital privado, nacional e estrangeiro.

O reflexo de uma política para o ensino superior

A formação dos cientistas cumpria papel fundamental nos planos do regime militar. Para entender esse papel a reforma universitária e a efetivação da pós-graduação no país tornam-se referências fundamentais. Ambas eram assentadas no discurso de modernização, que resultava num modelo de ensino superior no qual o poder dos agentes externos estava concentrado nos órgãos encarregados de elaborar a política educacional, e no plano interno concentrado nas mãos de uma parcela que compõe a comunidade acadêmica afinada com o regime.

Vejamos três componentes estruturais da nova universidade que surgiria com a Reforma Universitária, mais especificamente a Lei 5.540/1968, são eles: organização, onde a universidade passa a ser um lugar preferencial do ensino superior e os departamentos seus órgãos que se encarregarão das disciplinas; administração, tendo na figura do reitor seu executivo, auxiliado por coordenadores de ensino e pesquisa, junto aos seus respectivos conselheiros; e os cursos divididos em diferentes níveis como graduação, pós-

graduação, aperfeiçoamento e especialização, que por sua vez eram promovidos pelas unidades departamentais. (ROMANELLI, 2000: 228-9)

Tanto na primeira tentativa de reforma nas décadas iniciais do século XX, como na realizada ao longo da década de 1960, a montagem de nosso sistema universitário esteve diretamente relacionada à interferência do Estado e trazem fortes traços dos momentos autoritários que nosso país viveu. A base da política universitária implementada na década de 60 foi alicerçada em um grande volume de determinações legais que eram altamente centralizadas. Portanto, como nos alerta Luiz Antônio (CUNHA, 1988: 22), achar que a intervenção nas instituições de ensino começa com o regime imposto em 1964 é um erro. Não temos dúvida que esse regime acionou mecanismos inéditos de controle do aparelho escolar, mas supor que a universidade fosse autônoma antes de 1964 e que nela reinavam as liberdades democráticas é desconhecer o que de fato aconteceu.

Havia uma crise educacional brasileira que não dava conta do aumento da demanda social de educação e não correspondia ao processo de industrialização em curso. O Estado, por sua vez, buscou uma nova estrutura de desenvolvimento para o ensino superior e a pesquisa, fortalecido pelo seu papel de acumulador de capital e mercado e visando promover a expansão econômica. Os acordos MEC-USAID, por exemplo, eram voltados para a adequação do sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico que estava em processo.

Para Ivani Catarina, esses acordos constituíram-se em modelos para a remodelação do ensino superior. “Entretanto esses modelos, por utilizarem a tecnologia pela tecnologia, acabaram por isolar a educação do contexto global da sociedade, embotando todo o sistema educacional já que ele estava amarrado e financeiramente dilapidado pelos gastos advindos do cumprimento dos acordos.” (FAZENDA, 1985: 63) Ainda segundo a autora, desenvolveu-se um atrelamento do sistema educacional ao modelo econômico dependente, imposto pela política norte-americana para a América Latina.

O governo Castelo Branco buscou dar forma à modernização do ensino superior através de decretos, criando um estatuto para o magistério superior, estruturando a carreira

docente e a institucionalizando o ensino de pós-graduação. O decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, determinava mudanças na organização do ensino superior, a união de escolas independentes e autônomas dá lugar a um órgão central para a supervisão de ensino e pesquisa em todas as universidades. Na prática, houve certa centralização das normas para as atividades didáticas e de pesquisas nas faculdades. Completando com o decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, passou a existir a determinação de uma nova estrutura para as unidades universitárias, que agora menores seriam chamadas de departamentos.

O decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968 cria um grupo de trabalho para promover a Reforma Universitária, que deveria analisar diversos temas para o ensino superior como a administração da universidade, sua organização didático-científica, estratégias de implantação da pós-graduação, destinação de recursos para a expansão do ensino superior, entre outros aspectos. Destaco o estabelecimento do regime de tempo integral e dedicação exclusiva dos professores, como também a autorização e reconhecimento das universidades ou estabelecimentos isolados de ensino superior através de decreto do Poder Executivo, após parecer favorável do Conselho Federal de Educação.

O CFE, após inquérito administrativo, podia suspender o funcionamento de qualquer estabelecimento isolado de ensino superior ou a autonomia de qualquer universidade. As universidades e os estabelecimentos isolados reconhecidos ficaram sujeitos à verificação periódica desse conselho de Educação. Ficou clara a intenção do regime de promover uma “modernização” do ensino superior, principalmente no que se refere à sua aplicabilidade nas áreas de Segurança e Desenvolvimento, binômio que fez parte de todo o período de intervenção autoritária.

A legislação e o planejamento universitário tinham formulado dois objetivos básicos: a solução da crise universitária e a formação dos recursos humanos para manter a dinâmica do desenvolvimento. O tecnicismo norteou a reforma, tendo como objetivo formar recursos humanos para o mercado de trabalho que começava a exigir profissionais qualificados. O desenvolvimento técnico era a meta perseguida, inibindo ou ofuscando qualquer processo de inovação de caráter ideológico ou político, no qual a busca da neutralidade e objetividade técnica configurava o novo cenário universitário, legitimando

uma estrutura de poder que visava à substituição da participação popular ou social pela decisão daqueles poucos detentores de poder.

Nesse contexto, a racionalização, a eficiência e a produtividade tornaram-se valores absolutos. A racionalidade técnica procurou sobrepor-se a qualquer opção de ordem política, e a neutralizar o processo de inovação de qualquer presença de caráter ideológico. As discussões não estavam voltadas somente para a estruturação e organização das universidades, mas diziam respeito ao papel que deveriam desempenhar dentro da sociedade brasileira em desenvolvimento. (FÁVERO, 1977) A sustentação dessa universidade ampliada exige cada vez mais a participação significativa do Estado. Os recursos despendidos eram altos, mas os resultados demoravam para aparecer, levantando suspeitas sobre a real necessidade de alocarem recursos públicos para atender às exigências básicas da produção do conhecimento.

A pós-graduação passa a ser vista como elemento importante dentro dessa nova universidade. A Reforma Universitária de 1968 buscou a diversificação da política científica, prevendo a criação dos Centros Regionais de pós-graduação, incorporados ao sistema universitário, mas dotados de relativa autonomia. Ela consolidou e ampliou as atribuições do CNPq, que após passar por algumas mudanças em sua estrutura, ganhava novas atribuições dentro de um “... complexo de mecanismos encarregados de exercer certos controles, a nível federal, sobre o sistema universitário de ensino e pesquisa e formação de cientistas.” (MENDES, 2000: 28)

Com a lei da Reforma Universitária o Ministério da Educação ficou destituído da função de conceituar e estabelecer normas para organização da pós-graduação, dando essa atribuição ao Conselho Federal de Educação. Dentre outras atribuições, o CFE fixava o currículo mínimo e a duração dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outras necessidades inerentes ao desenvolvimento nacional. O regime autoritário optou por uma política educacional que vinculasse educação ao desenvolvimento econômico, conferindo ao ensino superior um importante papel em relação às políticas de ciência e tecnologia e na formação de recursos humanos qualificados.

Dentro desse quadro, não só o ensino de graduação se beneficiou com estratégias de fomento, mas toda uma estrutura foi montada para a construção de um sistema de pós-graduação, que passava a ser reforçado e financiado com quantias consideráveis. Dentre os órgãos que compunham a estrutura de financiamento estavam os já citados o BNDE, que criou o Funtec e Finep, que administrava o FNDCT. Este surge para a qualificação de recursos humanos para a o setor produtivo, seja em nível estratégico ou gerencial para empresas, atuando principalmente no financiamento dos programas. O FNDCT foi importante para a estruturação dos centros universitários e do sistema de pós-graduação no Brasil.

Além do desenvolvimento de recursos humanos, o FNDCT acabou por provocar a necessidade da reorganização interna das instituições de ensino superior, condicionando sua participação à criação de uma Pró-Reitoria de Pós-Graduação para coordenar a capacitação dos recursos humanos em cada área. Essa iniciativa, fez com que a Capes começasse a se relacionar com as instituições de ensino superior de uma nova maneira, rompendo com o isolamento entre as instituições e abrindo espaço para o diálogo entre elas. A própria Capes passou a dialogar de forma mais institucional com o conjunto de universidades.

Por fim cabe aqui discutir o papel do I Plano Nacional de Pós-graduação (I PNPG 75-79), que estava articulado ao II PND e tinha como direcionamento institucionalizar o sistema dentro das universidades, garantindo financiamento estável, melhorando o desempenho e racionalizando a utilização de recursos. Esse plano de expansão almejava capacitação dos docentes das universidades, integrar a pós-graduação ao sistema universitário, valorizando as ciências básicas e elevando os padrões de desempenho dos cursos, seu planejamento e sua expansão.

Dentre os objetivos e metas específicos do I PNPG, pode-se ressaltar a capacitação de docentes das instituições de ensino superior, o aumento da titulação e de vagas nos cursos de mestrado e doutorado, a distribuição regional e setorial dos novos cursos. As pesquisas desenvolvidas nos programas Levaram em conta o papel estratégico que

poderiam ocupar, já que representavam as áreas científicas básicas, das quais dependeria toda a potencialidade do ensino superior e da produção científica.

Últimos apontamentos

No período estudado observamos a integração da ciência e da tecnologia na política de Estado, reconhecendo que elas não foram vistas pelo regime como bens de consumo, mas sim investimento, onde seus fundamentos inspiram pesquisas aplicadas sobre problemas práticos. Isso acabou acarretando “processos de desenvolvimento mediante os quais a invenção se transforma em inovações de processos e de produtos, levou os governos a contemplar, seriamente, o apoio a ciência básica e ao desenvolvimento tecnológico como uma razão do Estado” (BAIARDI, p. 180).

Nesse processo a pesquisa não é mais pessoal, e sim coletiva pela nova função atribuída aos programas e institutos. O pesquisador deve compartilhar suas ideias no interior de um programa de pesquisa, onde as propostas individuais ganham autonomia quando são condizentes com as metas econômicas. A organização da pesquisa passou a adquirir uma estrutura mais hierarquizada e complexa. Onde a ciência passa a ser vista como força produtiva, sendo usada para o aproveitamento econômico e a capitalização de conhecimentos voltados para o aumento da produção. Nesse sentido a política científica e consequentemente a ciência desenvolvida no período da Ditadura Militar podem ser vistas condicionadas pela estrutura do regime.

No discurso oficial a intervenção do Estado na organização da ciência e da economia é justificada em nome dos interesses da sociedade em geral. Para tanto os objetivos serão alcançados graças a eficiência do aparato técnico-administrativo do Estado com base nos benefícios trazidos pela ciência. A política científica se resume em um conjunto de medidas financeiras e institucionais, numa ótica tecnocrática onde o desempenho dessas instituições depende de sua organização interna e qualidade do pessoal.

O Estado conseguiu isso com facilidade, pois tinha o controle das determinações políticas, evitando que suas ações fossem controladas. “Para estabelecer uma política para

a ciência, é necessário que o poder político tenha uma consciência clara das necessidades e dos objetivos nacionais, e saiba formulá-los em termos suscetíveis de estudo científico, criando dessa maneira uma demanda concreta sobre as instituições de pesquisa.” (HERRERA, 1981: 56). De posse dessa demanda os organismos de planejamento aplicavam seus objetivos e referências para orientá-los. O poder político tinha consciência das necessidades e objetivos nacionais, para tanto, criou uma demanda concreta para as instituições de educação e pesquisa. Com essas demandas os órgãos de planificação científica formularam os objetivos que orientaram suas ações.

No período da ditadura o governo concentrou e exerceu diversas funções como criações de normas, coordenação, planejamento e fomento da C&T. Para sustentar essa estrutura foi necessário enxergar a ligação entre as universidades, institutos de pesquisas e indústrias dentro da lógica produtiva de bens e serviços. O regime tentou resolver o problema da organização da ciência e de sua produção, reconhecendo que isso passava por um espaço que organizasse a interação entre os cientistas, políticos, técnicos e indústrias, Isso seria possível com uma estratégia de desenvolvimento com total apoio do Estado.

Ficou claro a ambição do governo de se integrar ao mundo industrializado, realmente o país detinha o maior parque industrial das nações consideradas subdesenvolvidas, na época foram registrados os maiores índices de expansão da indústria e das áreas de infraestrutura econômica, “ao mesmo tempo, mostrou-se a Nação Brasileira apta a realizar uma experiência de desenvolvimento eminentemente dinâmica, associando a vontade política, pela mobilização nacional, à capacidade de fazer pela ação do setor público e pela ação da iniciativa privada, em suma de toda a comunidade.” (SILVA, VALLA, 1981: 66-67)

A Lei 5.540/68 deve ser apreciada pela ótica que diversos fatores se desenvolveram de acordo com as forças produtivas e das relações sociais de produção, mas não esquecer como um agente manipulador dessas forças econômicas reorganizou e desenvolveu uma estrutura de produção econômica que incluía outras novas estruturas. Este agente contribui fundamentalmente para reproduzir a divisão do trabalho social, por sua vez, contribuiu também para o processo de acumulação de capital e formação de indivíduos qualificados

tecnicamente. Esses indivíduos cumpririam funções por meio da atribuição de papéis segundo seu treinamento e qualificação técnica.

Referências Bibliográficas

BAIARDI, Amilcar. Sociedade e estado no apoio a ciência e a tecnologia : uma análise histórica. São Paulo, HUCITEC, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

ERBER, Fabio S. Desenvolvimento tecnológico e intervenção do Estado: um confronto entre a experiência brasileira e a dos países capitalistas centrais, Revista de .Ad.Publ. RJ. 10-72 out/dez 1980.

ERBER, Fábio S., ARAÚJO JR., José Tavares, GUIMARÃES, Eduardo Augusto. A política científica e tecnológica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes. 1977.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio. São Paulo: Loyola, 1985.

FREITAG, Bárbara. Prefácio. In MOREL, Regina. Ciência e Estado. A Política Científica no Brasil. T. A. Queiroz, São Paulo, 1979.

GUIMARÃES, Eduardo A., Política científica e tecnológica e as necessidades do setor produtivo. In SCHWARTZMAN, S. (Org.). Ciência e tecnologia no Brasil: política industrial, mercado de trabalho e instituições de apoio. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

HERRERA, Amilcar O. Ciencia y Política en América Latina, 8ª. Edição, Argentina, 1981.

JAGUARIBE, Ana Maria. A política tecnológica e sua articulação com a política econômica: elementos para uma análise da ação do Estado. IEI/UFRJ, TD. n° 115, 1987.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

MENDES, Durmeval Trigueiro. O planejamento educacional no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

MOREL, Regina L. de Moraes. Ciência e Estado: a política científica no Brasil. São Paulo : T. A. Queiroz, 1979.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Luiz Werneck da, VALLA, Victor Vincent. Ciência e tecnologia no Brasil: história e ideologia 1949-1976. Brasília: CNPq. Coordenação Editorial, 1981.